

PROTAGONISTA

“Governo tem de assumir medidas duras como IVA zero no pão e cereais”

Líder da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, defende baixa do IVA em bens essenciais para acomodar subidas dos preços. Estima que a alimentação deve subir entre 20% a 30% nos próximos meses e alerta que prolongamento da guerra na Ucrânia pode provocar conflitos sociais. Defende que próximo OE deve contemplar medidas fiscais de incentivo ao investimento e medidas a fundo perdido para capitalização. ■ P4

“Governo tem de assumir medidas duras como IVA zero no pão e cereais”

Líder da CCP defende baixa do IVA em bens essenciais para acomodar subidas dos preços. Alerta ainda que prolongamento da guerra na Ucrânia pode provocar conflitos sociais.

LÍGIA SIMÕES E JOÃO BARROS
lsimoes@jornalaeconomico.pt

Em vésperas da entrega do OE/2022, o JE foi ouvir o presidente da CCP sobre as preocupações das empresas do sector face aos efeitos da guerra na Ucrânia. E as medidas que reclama ao novo Executivo para acomodar as pressões inflacionistas. João Vieira Lopes critica o Executivo de impor a Agenda do Trabalho Digno e alerta ainda para as dificuldades em fazer funcionar a Concertação Social com maioria absoluta. Há 12 anos à frente da CCP, revela que vai recandidatar-se à sua liderança.

As medidas tomadas para atenuar a subida dos preços dos combustíveis são suficientes?

São medidas positivas, mas claramente insuficientes. A única medida de efeito imediato que é urgente, e está dependente de decisões formais europeias, é a redução do IVA. É uma medida importantíssima pelo reflexo que tem em toda a cadeia económica. Não só nas empresas de transportes, em que o combustível representa 35% a 40% dos seus custos, como o impacto que isso tem especialmente nos produtos alimentares de valor unitário mais baixo. Esperamos que a Europa, que normalmente é lenta a tomar essas decisões, desta vez seja mais rápida. Por outro lado, houve um conjunto de medidas complementares que vários países europeus adotaram, que se prende com um incentivo à renovação das frotas para aumentar a sua eficiência energética. É urgente que o Governo tome este tipo de medidas e que alargue um conjunto de medidas de combustíveis aos transportes de passageiros.

O que espera do próximo OE?

Há uma série de enquadramentos macroeconómicos que estão desatualizados. Foi um OE feito antes da guerra na Ucrânia e as consequências que tem na economia. A inflação está a acentuar-se, a previsão de subida de taxas de juro também, nessa altura não havia também os problemas de disrupção que se assiste na cadeia de abastecimento de matérias-primas. O Orçamento tem de incluir medidas de aplicação direta para resolver os problemas no

curto prazo. Um pacote de medidas em que os custos devem ser assumidos como foi feito para a pandemia e não medidas pontuais.

Para acomodar os efeitos do aumento da inflação.

E dos custos em geral até provocados pelas fontes de abastecimento de um conjunto de matérias-primas, cereais e outros. É completamente impossível pensar, neste momento, que os aumentos salariais possam acompanhar essas subidas de preços sob pena de termos ruturas muito grandes no tecido empresarial, especialmente o de pequena e média dimensão. O Governo tem de assumir medidas duras no sentido de tentar controlar esta situação, em particular a baixa do IVA de alguns bens essenciais, ou até mesmo IVA zero em alguns produtos...

... em que produtos?

Nos bens de primeira necessidade, caso contrário vai haver uma perda de poder de compra que depois terá reflexos em toda a economia. Alguns produtos alimentares que são hoje taxados à taxa reduzida podem passar à taxa zero durante algum tempo como, por exemplo, os cereais e o pão. Não temos qualquer ilusão que seja possível o nosso tecido empresarial aguentar aumentos salariais imediatos ao nível da expectativa de subida da inflação.

É uma questão estrutural...

... que, inclusivamente, pode criar ruturas sociais. Por isso, com a margem que existe ao nível da UE para as metas do Pacto de Estabilidade e das regras orçamentais, pensamos que o centro de gravidade do Governo não pode ser excessivamente a do bom aluno que vai



O centro de gravidade do Governo não pode ser excessivamente a do bom aluno que vai centrar-se nas proporções do défice a níveis mais radicais até do que a UE permite

centrar-se nas proporções do défice a níveis mais radicais até do que a UE permite.

Receia conflitos sociais com o agravamento dos preços de perda do poder de compra?

Ninguém consegue antecipar a duração da guerra e os seus efeitos. O prolongamento pode provocar conflitos sociais. Por isso, compete ao Governo, mesmo com custos que possam não estar previstos, tentar encontrar as soluções mais adequadas para evitar as perdas de poder de compra das pessoas. Na pandemia, conseguiram-se alguns equilíbrios. E tem agora de se fazer um plano para esta fase de emergência como se fez para a pandemia com as características próprias desta fase da economia.

Os efeitos da inflação vão continuar a sentir-se nos produtos alimentares?

Pensamos que sim, aliás, as tabelas de preços dos fornecedores do alimentar algumas têm subido quase mensalmente, que era uma situação que desde os anos 80 não estávamos habituados. Estimamos que a alimentação deve subir entre 20 a 30% nos próximos meses. Está tudo muito dependente do período que demorar a guerra na Ucrânia e eventuais alastramentos.

O lay-off simplificado é uma medida importante para as empresas?

É uma medida importante para manter os postos de trabalho, num momento em que muitas empresas estão a parar ou reduzir atividade. No âmbito do comércio e dos serviços, o sector mais afetado é, em primeira linha, o dos transportes, mas outros sectores sofrem este impacto, nomeadamente, o sector alimentar que, pelas necessidades de frio, é um grande consumidor de eletricidade. O regime deve ser suficientemente ágil para conseguir ajudar todas as empresas que sejam afetadas por esta situação.

Além da baixa do IVA que medidas fiscais devem ser contempladas para as empresas e famílias?

Tudo o que seja, neste momento, incentivo ao investimento e favorecer a baixa de custos de contexto em que pesa a fiscalidade, é impor-

tante. Para as empresas poderem continuar a investir, tendo em conta as quebras de faturação, deve-se baixar a fiscalidade em tudo o que seja investimento de uma forma mais agressiva do que foi feito até hoje. As medidas de capitalização também são importantes. O Governo, como na crise anterior da pandemia tomou medidas que são importantes, mas o nível de endividamento das empresas cresceu muito, porque, apesar das facilidades que impediram a rutura, ficaram fragilidades. Por isso, centrar estes apoios nos empréstimos, não quer dizer que não são necessários, mas parece-nos limitado. Tem de haver medidas a fundo perdido, ligadas quer à capitalização das empresas quer em áreas de incentivo à manutenção do emprego. Temos uma economia muito frágil e corremos um risco muito sério das taxas de juro afetarem o endividamento. É previsível que Portugal não possa escapar aos grandes efeitos.

O previsível aumento dos juros pode colocar em risco a sobrevivência das empresas?

Põe em risco a sobrevivência de toda a economia. A CCP representa sectores muito heterogéneos. Temos um problema no nosso tecido empresarial, que está muito atomizado; as empresas têm pouca capacidade financeira, é do domínio público os problemas de capitais próprios das empresas. Isso é para nós uma área crítica para a sobrevivência das empresas.

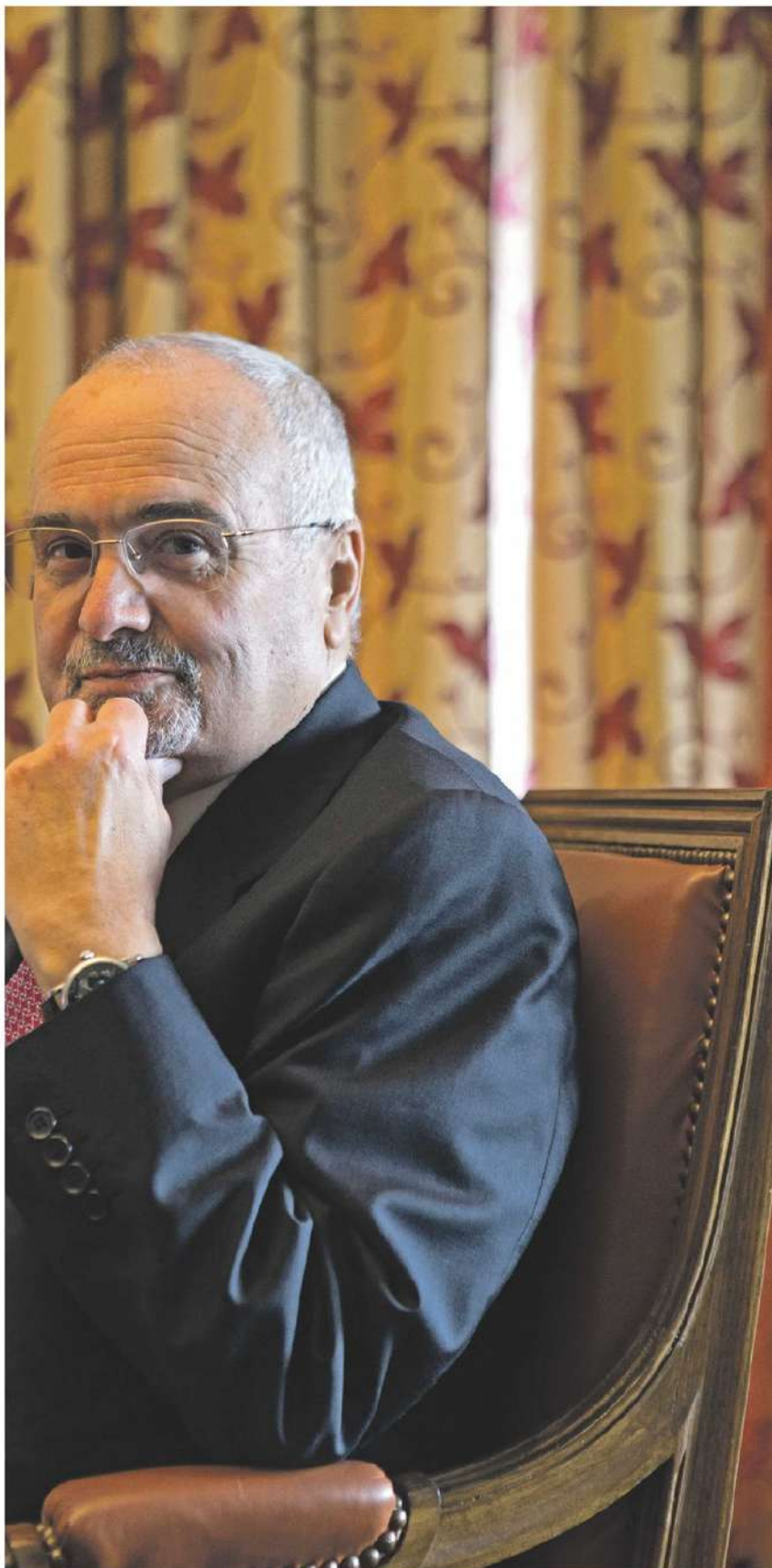
Isso é outro problema estrutural.

Uma das críticas que temos feito em relação à aplicação dos fundos europeus é que não têm sido aproveitados para incentivar fusões, trabalho em associação ou trabalho em rede, que são os únicos processos de estas empresas, através da dimensão que temos, poderem melhorar a sua produtividade.

Com a maioria absoluta é desta que se vai conseguir o acordo de rendimentos?

Todas as questões laborais que o governo chamou Agenda do Trabalho Digno que foram discutidas na Concertação Social (CS) num período crítico do Governo anterior com tentativa de fazer passar a





todo o custo um OE com concessões que não nos pareciam adequadas, levou a que não houvesse acordo. O Governo, aparentemente, vai na prática tentar implementar imediatamente todo esse pacote de questões. Não vemos como, a partir daí, podemos depois discutir separadamente um aumento de rendimentos. Todo aquele pacote de questões que foi colocada, que introduz limitações em diversas áreas, desde o trabalho temporário ao *outsourcing*, ao trabalho das plataformas, etc., parece-nos que devia ser agora discutido e revisto em conjunto com a questão do acordo para o incremento salarial. Aliás, curiosamente, a temática da produtividade não é muito focada nessa área ligada ao salário mínimo e outros. Não vemos muito bem como se concilia um conjunto de coisas em que não houve acordo que o governo vai impor.

A Concertação não está, uma vez mais, a ser desrespeitada?

Isto, para mim, não é uma questão de desrespeito, é de se querer tentar fazer algo impossível. Não se pode querer aumentar os salários e rendimentos por decreto. É necessário fazer um enquadramento entre o funcionamento das empresas, as necessidades da economia nesta fase e, simultaneamente, as subidas dos salários e rendimentos das pessoas. Como essa subida não foi articulada com o aumento da produtividade, sucedeu um esmagamento de categorias nos contratos colectivos, de escalões e o salário mínimo aproximou-se do médio, porque foram decisões administrativas. Para tomarmos esse conjunto de medidas, temos de aliviar alguma pressão fiscal sobre as empresas, incentivar uma série de áreas em termos de formação, mas há um problema de fundo que limita o aumento da produtividade, que é a qualidade da gestão em média, especialmente do tecido empresarial atomizado. Para aumentar a produtividade não é só preciso qualificar pessoas, é preciso qualificar a gestão e as empresas ganharem dimensão e massa crítica, seja por fusão, associação ou trabalho em rede.

Ficou enfraquecida com o referido incidente?

Depende se se repetirem ou não, mas nós, historicamente, temos tido mais dificuldades em fazer funcionar a Concertação em governos de maioria absoluta do que com outros. A história tem mostrado isso, esperemos que esta seja a exceção. Tento ser otimista, mas ao definir que não se volta a discutir aquilo tudo que foi visto começa mal.

Qual o papel do PRR na retoma da economia?

O PRR está a tapar a falta de investimento público dos últimos anos, para conseguir o equilíbrio orçamental. Apesar de sabermos que o dinheiro vem todo parar à economia, a parte vocacionada para apoio direto às empresas era mais baixa do que as médias europeias. No caso do comércio e serviços, que têm mais de dois terços do emprego em Portugal, tínhamos ape-

nas alguma abertura na área do digital, da formação e da eficiência energética, mas valores relativamente baixos no contexto global. Por isso consideramos que não foi tido em conta o investimento nestas áreas para o aumento da produtividade no país. A expectativa é tentar que o Portugal 2030 tenha um centro de gravidade maior na dinamização das empresas.

Como vê a trajetória prevista de crescimento do SMN?

Nunca fomos partidários da fixação administrativa de objetivos no SMN. O que defendemos sempre é que há três indicadores base: a evolução da produtividade, da inflação e do crescimento da economia. A opção dos governos tem sido fixar administrativamente o SMN. Aceitamos que se desenvolvesse uma fórmula, ponderando estes três vetores, à qual se pode assumir um acréscimo de x% para ter um efeito no combate à pobreza, em vez de ser usado como arma política ao fixar objetivos por razões meramente de opção política. Tendo em conta a imprevisibilidade da economia, ainda mais.

Aumentos salariais estão mais longe devido à inflação?

A história mostra-nos que é muito difícil, quando as pressões inflacionistas são fortes, os salários acompanharem ao mesmo ritmo sem haver ruturas. O problema chave é o poder de compra. Sem medidas do Governo na área fiscal, quer em termos de IRS, quer para as empresas, será bastante difícil um aumento do poder de compra real.

Qual é a avaliação que faz da compensação às empresas pelo aumento SMN?

Sempre defendemos que a única medida eficaz diretamente proporcional e que se revelou positiva foi fazer essas compensações através da TSU. Isso funcionou bem nos anos em que foi feito, depois houve uma interrupção, primeiro porque não passou na AR e depois porque as forças políticas que suportavam o Governo eram contra essa opção. Neste momento, com um governo de maioria absoluta não há desculpas.

O seu mandato terminou em dezembro, vai recandidatar-se?

Não estava nas minhas expectativas fazê-lo. No entanto, fizemos uma alteração estatutária com bastante profundidade, a CCP tem crescido muito na área dos serviços e, nos nossos órgãos sociais, temos estatutariamente a obrigação de repartir entre três sectores: comércio local de proximidade, associações nacionais por sectores e serviços. Nos nossos estatutos foram introduzidos uma divisão nos serviços em serviços às empresas e serviços aos consumidores, foi criado um novo órgão, o Conselho Geral, os órgãos executivos foram reduzidos por uma questão de operacionalidade e isto criou uma situação bastante complexa de fazer uma transição. Face ao desafio, e já que fui o pai da criança dos estatutos, tenho de a pôr a andar. É um mandato de transição. ■